



CONCURSO PARA JUIZ DO TRABALHO 2012

SEGUNDA ETAPA

PROVA DISCURSIVA

- As questões que serão abordadas nesta prova foram elaboradas com base no que consta do item 10.1 do Edital do Concurso
- A primeira parte, na qual poderá ser obtida nota máxima 6 (seis), é composta de **6 questões, todas de igual valor**. As respostas deverão ser dadas em espaço não superior a 25 (vinte e cinco) linhas. Eventual excesso será desconsiderado pela Comissão Examinadora.
- A segunda parte consiste de uma **dissertação**, sem limite de espaço, na qual o candidato deverá discorrer sobre a questão apresentada. O grau máximo que pode ser atingido é 4 (quatro).
- Preencha seu nome e data nos campos próprios do caderno de respostas. **Não destaque o canhoto.**
- Nenhuma identificação do candidato deverá ser feita no caderno de respostas contendo as folhas de texto definitivo, sob pena de nulidade da prova.
- As folhas de textos definitivos serão os únicos documentos válidos para a avaliação da prova, que será corrigida sem nenhuma identificação do nome do candidato.
- As folhas para rascunho são de preenchimento facultativo e não valerão para a avaliação.
- Caso sejam necessárias **folhas adicionais para a dissertação**, erga o braço e solicite-as ao fiscal.
- **Não haverá substituição das folhas de texto definitivo** por erro do candidato.
- Só será permitido o uso de caneta com tinta indelével azul ou preta. A letra deverá ser legível, evitando-se rasuras e emendas. É proibido o uso de corretor.
- As folhas de questões e as folhas de rascunho permanecerão com o candidato ao término dos trabalhos.
- Ao terminar a prova, erga o braço e aguarde o fiscal para que as folhas sejam grampeadas e o caderno de respostas recolhido.
- A duração da prova é de **QUATRO HORAS**.



Questão 1:

Em que posição ingressam as Convenções da OIT no ordenamento jurídico brasileiro e qual o processo necessário para que isso ocorra? Sucintamente, explique as diversas correntes doutrinárias sobre o assunto.

Questão 2:

Empresa que presta serviços de coleta de lixo tem o contrato de prestação de serviços rescindido unilateralmente pela Administração pública municipal, por descumprimento contratual. Em decorrência disso, ocorre a paralisação total de suas atividades, com demissão de todos os seus empregados, sem o devido pagamento das verbas ditas rescisórias. Demandada em juízo pelos ex-empregados, a empresa alega *factum principis* para se eximir de suas obrigações trabalhistas. Proceda tal alegação defensiva? Justifique.

Questão 3:

Em reclamação trabalhista, o autor da demanda tem reconhecidos em sentença créditos no valor líquido de R\$ 100.000,00. Iniciada a execução, é localizado e penhorado apenas um veículo da empresa-executada, avaliado em R\$ 15.000,00. O agora exequente requer que a execução seja direcionada aos sócios da empresa, mas o requerimento é indeferido. Com base nesta situação processual, comente se a decisão enseja recurso, justificando a resposta e apontando as bases legais e doutrinárias de sua conclusão.

Questão 4:

Ao completar 16 anos de idade, adolescente inicia vínculo de emprego com determinada pessoa jurídica. Frequenta curso do ensino médio. Transcorridos seis meses da contratação, é promovido a Gerente Comercial, cuja remuneração lhe assegura economia própria. À luz das normas constitucionais e infraconstitucionais incidentes, e considerando a situação jurídica anterior e posterior à promoção, pergunta-se:

a) é aplicável a vedação constitucional relativa ao trabalho noturno, perigoso ou insalubre? Justifique.

b) antes de completar 18 anos possui ele proteção especial no que diz com o gozo de férias? Justifique.



Questão 5:

Empregado ajuíza ação trabalhista contra sua empregadora, alegando que, após dez anos consecutivos, nos quais recebeu adicional de insalubridade em grau médio, teve suprimido o adimplemento da parcela. Invocando o princípio da estabilidade financeira, pede que seja restabelecido o pagamento do adicional em questão. A empregadora contesta o pedido requerendo sua improcedência, pois implementou Programa de Prevenção de Riscos Ambientais que eliminou as condições nocivas à saúde dos trabalhadores, argumento este não impugnado pelo autor. Proponha a solução do caso, identificando se há conflito no ordenamento jurídico vigente.

Questão 6:

Empregado X e Empregador Y negociam contrato individual do trabalho, em que ajustada cláusula de renúncia da participação do empregado em greve de sua categoria profissional. No curso da relação de trabalho, o Empregado X participa de greve por melhoria de condições salariais e de trabalho. Diante desse fato, o Empregador Y despede o Empregado X, invocando justa causa com fundamento na referida cláusula. Com base nesses elementos, justificadamente e à luz do ordenamento jurídico vigente, responda, na condição de magistrado:

a) ajuizada demanda na Justiça do Trabalho pelo Empregado X, questionando a rescisão do contrato de trabalho por justa causa, qual a solução cabível.

b) a solução dada seria a mesma se a previsão de renúncia estivesse posta em acordo coletivo de trabalho firmado pela categoria profissional e pelo Empregador Y, e não no contrato individual do trabalho?



Dissertação

Admitida em janeiro de 2005 e imotivadamente despedida em outubro de 2009, ex-empregada ajuíza, em agosto de 2012, ação trabalhista contra sua ex-empregadora, pleiteando o pagamento de indenização por danos morais. Afirma na inicial que no decorrer de todo o período contratual, ao término da jornada de trabalho e antes de sair da fábrica, tinha de abrir a bolsa e mostrar seu conteúdo ao segurança da empresa, na frente dos demais colegas. Sustenta que a situação era constrangedora, pois se sentia humilhada diante de todos, visto que enxergavam seus pertences pessoais (inclusive íntimos). Na defesa, a ex-empregadora invoca a prescrição do direito de ação, além de impugnar o pedido sob o fundamento de que, por se tratar de indústria farmacêutica que produz medicamentos controlados, impõe-se a revista pessoal e individualizada de todos os empregados.

Discorra sobre:

- a) a prescrição e sua aplicabilidade ao caso;
- b) os bens jurídicos tutelados;
- c) a possibilidade (ou não) desse tipo de revista pessoal, em atenção às normas legais e constitucionais incidentes.